

Mobilização! Há recursos para recuperar o poder de compra dos salários

Salários e Inflação

Você encontrará na Tabela 1 os dados relativos à inflação, ao salário real e aos reajustes necessários para restaurar o poder de compra a partir de 1º de maio de 2012, referentes ao mês de fevereiro de 2024. A abreviatura “SR” representa a relação do poder de compra do salário recebido em fevereiro de 2024 em relação ao de maio de 2012, data acordada pelo Fórum das Seis como referência por ser o pico de poder de compra do salário neste século.

O reajuste de 16,64%, destacado na quarta coluna da Tabela 1, é uma das demandas em nossa pauta de reivindicações, que também engloba alterações nos interstícios de progressão na carreira para aumentar os salários nos níveis iniciais. A última linha da Tabela 1 fornece a quantidade de salários que deixamos de receber entre maio de 2012 e fevereiro de 2024 (incluindo os décimos terceiros), com o mesmo poder de compra que tínhamos em 1º de maio de 2012.

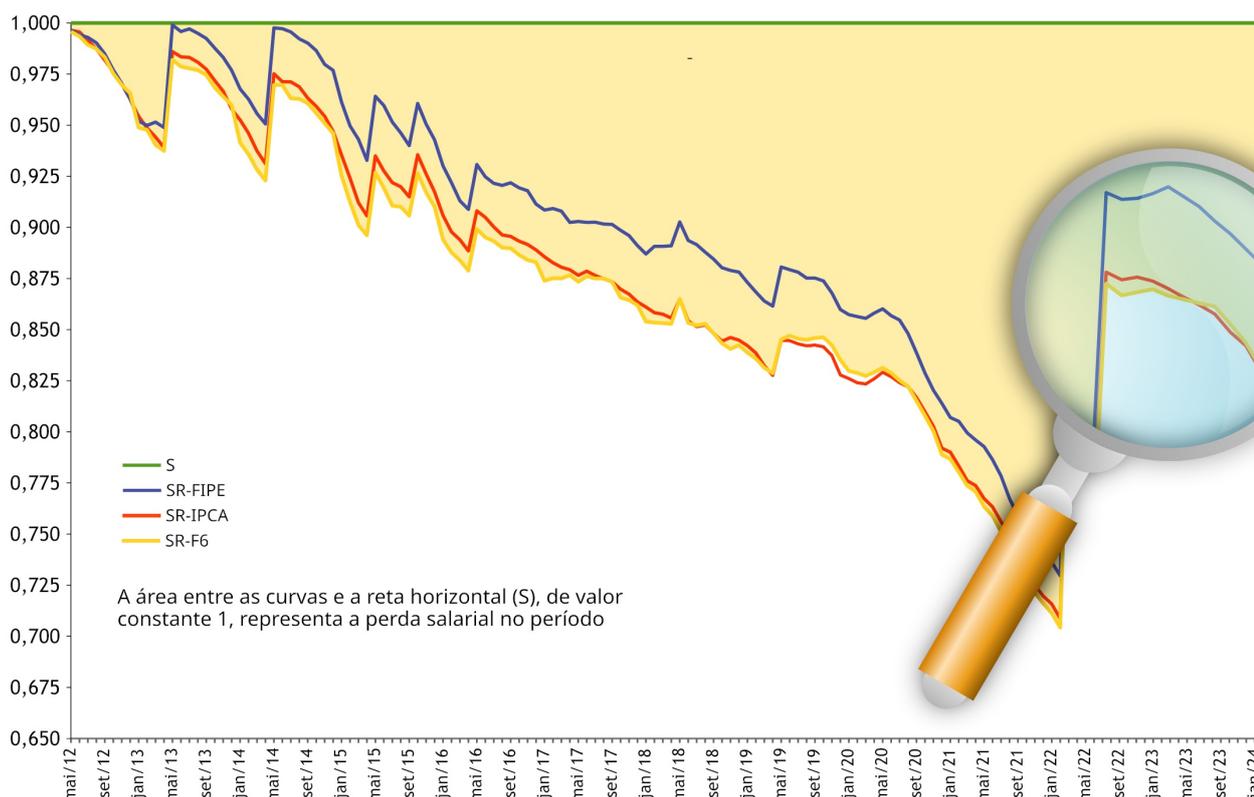
Os salários não pagos são fundamentalmente o que compõe as reservas que as universidades acumularam nos últimos anos.

O gráfico abaixo ilustra a nossa perda salarial, atualizando o boletim de fevereiro/24 e o gráfico 1 na pág. 15 da cartilha *Financiamento das Universidades Estaduais e a data-base de 2022*.

Tabela 1 - Inflação mensal e acumulada, reajuste necessário para recuperar o poder aquisitivo de maio/12 e massa salarial perdida desde maio/12

	IPCA (fevereiro/24)	IPC-FIPE (fevereiro/24)	Fórum das Seis* (fevereiro/24)
Índice	0,83%	0,46%	0,81%
SR	85,63%	88,52%	85,73%
Reajuste	16,78%	12,96%	16,64%
Salários não pagos	19,3	15,8	19,9

* ICV-Dieese até fev/20 e INPC após esta data



0 comprometimento com folha de pagamento

A planilha Cruesp de fevereiro/24 fornece as informações do comprometimento com folha de pagamento.

O crescimento do comprometimento no mês de janeiro/24 foi causado pelo desconto da diferença negativa em relação ao fechamento de dezembro/23 e pela estimativa subestimada pela secretaria da fazenda para o mês de janeiro. Podemos observar uma queda significativa no mês de fevereiro. Esta tendência de diminuição do comprometimento acumulado é o que se deve observar nos próximos meses.

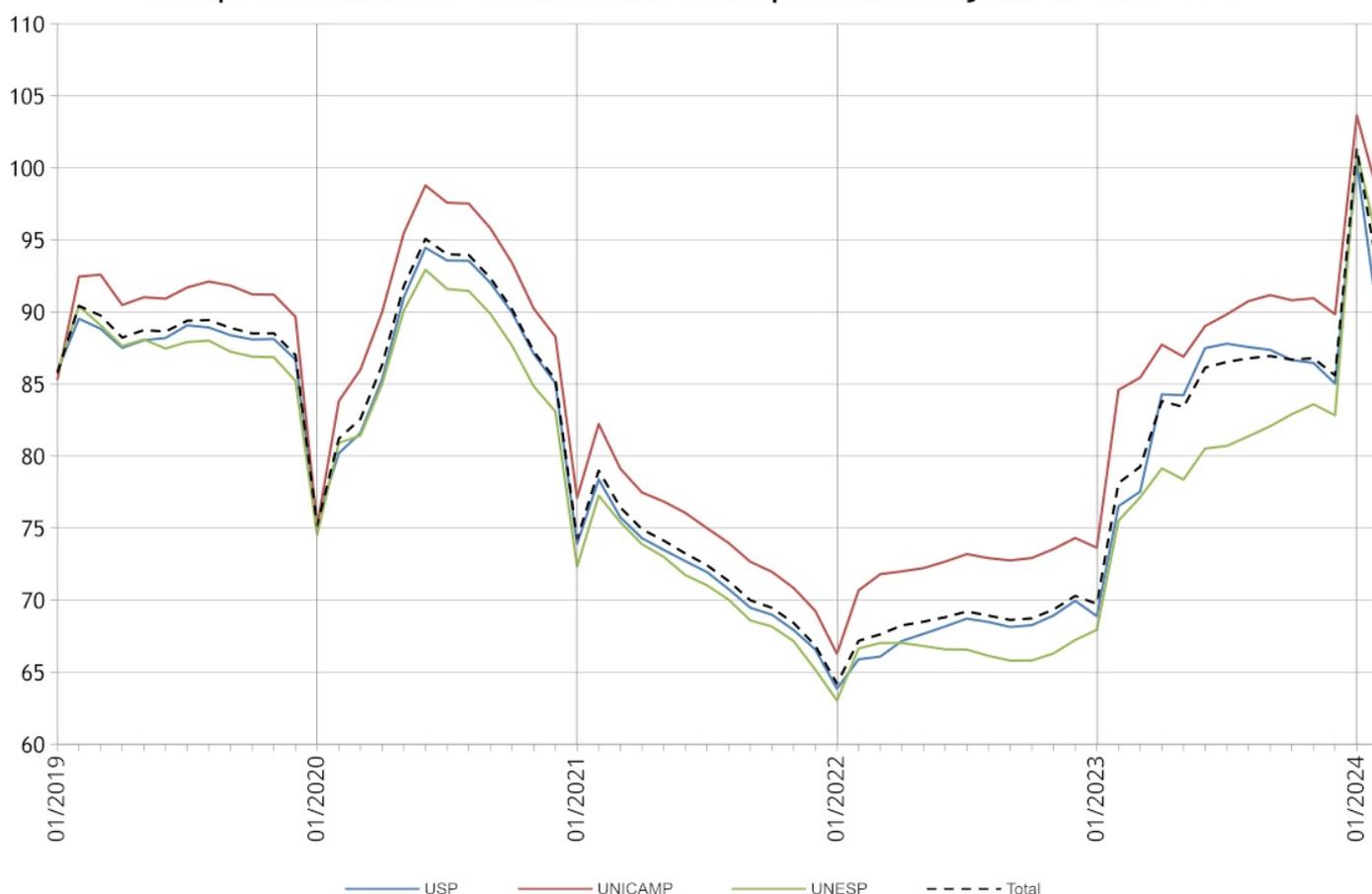
Além disso, o comprometimento da Unicamp e da USP são sistematicamente superestimados porque, diferentemente da Unesp, elas consideram indevidamente os auxílios (vales alimentação, refeição e, no caso da USP, também o auxílio saúde) para o cálculo.

A evolução dos comprometimentos acumulados com salários nos últimos 5 anos (escolha arbitrária de período) entre janeiro de 2019 e fevereiro de 2024 pode ser vista no gráfico abaixo:

Tabela 2 - Comprometimento acumulado com pessoal de 2024

	UNESP	UNICAMP	USP	Total
janeiro	101,16%	103,64%	100,41%	101,34%
fevereiro	94,58%	98,07%	89,29%	92,60%

Comprometimento acumulado com pessoal de jan/19 a fev/24



Base de Cálculo e os descontos indevidos nos repasses às universidades

Na cartilha *Financiamento das Universidades Estaduais e Data Base 2022*, é explicado que o percentual de 9,57% relativo ao ICMS-QPE não incide sobre o montante total, mas sim sobre um valor que já sofreu consideráveis deduções, incluindo aquelas destinadas a programas de habitação e partes da dívida ativa, entre outros. Essa distinção significa que as universidades não recebem do governo estadual o mesmo tratamento dado aos municípios. Consequentemente, a partir de agora, referiremos a essa quantia sobre a qual o repasse de 9,57% para as universidades é calculado como a “Base de Cálculo das Estaduais Paulistas (BCEP)”. É importante enfatizar que temos há muito tempo pleiteado a cessação desses descontos indevidos.

A planilha da Sefaz, atualizada em 19/03/24, fornece as seguintes informações:

1. A BCEP em fevereiro/2024 foi de R\$12.291.435.326, 14,24% maior do que em fevereiro/2023 (R\$10.759.474.482).
2. Os valores que são usual e indevidamente omitidos da

BCEP atingiram, em fevereiro/2024, R\$226.647.559,63. Assim, em fevereiro de 2024, as universidades estaduais deixaram de receber:

$$226,65 \times 0,0957 = \text{R\$ } 21,72 \text{ milhões.}$$

3. A partir do segundo semestre de 2022 até abril de 2023, devido à LC 194 e à EC 123 (ambas de 2022), outras quantias significativas foram retiradas da BCEP: ressarcimentos por perda de arrecadação de ICMS devidos à Ação Cível Originária (ACO) 3.950 e a aplicação do inciso V, artigo 5º da EC 123/22. **Registre-se que os municípios receberam a parte devida. Por que o tratamento diferenciado com as universidades?**

Entre agosto de 2022 e abril de 2023, foram subtraídos da BCEP

$$5.595.271.000 \text{ (AC03950)} + 1.438.481.101 \text{ (EC123)} = 7.033.952.101$$

isto é, R\$ 7,034 bilhões!

Com isso, as universidades deixaram de receber:
 $0,0957 \times 7.033,95 = \text{R\$ } 673,15 \text{ milhões.}$

Para mais detalhes, consulte o [boletim do GT Verbas de junho de 2023](#).

O Boletim GT VERBAS é uma publicação mensal da Associação dos Docentes da USP elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre financiamento das universidades estaduais paulistas

Composição do GT Verbas

César Minto (FE)

Francisco Miraglia (IME)

Lucília Daruiz Borsari (IME)

Marcelo Zaiat (EESC)

Marcio Moretto Ribeiro (EACH)

Marco Brinati (EP)

Milton Vieira do Prado Junior (Adunesp)

Pierluigi Benevieri (IME)

José Luís Pío Romera (STU)

Paulo Cesar Centoducatte (Unicamp)

Esta e outras publicações da Adusp estão disponíveis no site da entidade. Visite-nos em www.adusp.org.br

